

Macedo diz que a política monetária austera funciona apenas durante um período

por Márcia Raposo
de São Paulo



Roberto Macedo

"Uma política monetária tão austera, com patamares de juros elevados, tem objetivos concretos num espaço de tempo. Não há exemplo em qualquer país do mundo que se tenha alongado no tempo o uso desse instrumento", disse ontem, em São Paulo, o secretário de Política Econômica, Roberto Macedo, explicando que o governo não vê riscos de que os juros vão pressionar mais a inflação porque a demanda não deverá sustentar-se ante o repasse simples dos juros.

Mais tarde, chegando ao Rio, a secretária Nacional da Economia, Dorothea Werneck, acrescentou que o atual patamar de juros é uma sinalização da autoridade econômica que os preços praticados em julho e agosto foram exagerados. "O mercado é que deve decidir agora se há espaço para novos aumentos ou não", completou ela.

Os dois, Macedo e Dorothea, vieram no final da tarde de ontem a São Paulo, para a cerimônia de premiação das Maiores e Melhores empresas de 1990, patrocinada pela revista Exame. Lá estavam cerca de seiscentos empresários. Antônio Ermírio de Moraes, do grupo Votorantim, disse que "não há milagre", como indústria compra a prazo e vende a prazo os juros são custos a serem repassados. José E. Mindlin, da Metal Leve, afirma haver "soluções conflitantes" hoje no governo, que quer crescimento econômico, mas para conter a inflação com redução de demanda. Mathias Machline, presidente do grupo Sharp, argumenta que exatamente os aumentos dos juros surtirão efeito de pressionar os preços e a inflação. "A solução seria reduzir mais os juros, para permitir expansão e investimento em oferta compatível com a demanda", afirmou.

Também Edson Vaz Musa, do grupo Rhodia, insistiu em que os juros elevados, como ocorreu no final do ano passado, deverão provocar um novo período recessivo, com a queda da atividade econômica e nova onda de desemprego, "uma recessão de volta". Paulo Setubal Neto, presidente da Duratex e vice-presidente do grupo Itausa, salientou, por sua vez, que a economia brasileira hoje não é mais tão dependente de crédito como no passado e que os juros elevados, portanto, poderão não dar o resultado desejado pelo governo, na inibição do consumo. "A inflação pode cair em função do desempenho positivo do governo de estabelecer um acordo com a sociedade e regras claras e precisas. Se chegarmos à conclusão que poderá haver estabilidade ao redor de uma inflação de 10% ou outro índice é um começo para alcançarmos a estabilidade por mais tempo", disse, explicando que na Duratex a projeção

é de uma inflação de 13,5% e 14,5% neste mês.

O presidente da Federação do Comércio, Abram Szajman, disse que os juros elevados estão indo para os custos, "mas o braço-de-ferro com os nossos fornecedores está de volta", confessou, dizendo que voltaram a se tornar mais difíceis as negociações com a indústria. "Não podemos aceitar preços que depois não conseguiremos repassar", disse ele, ponderando, entretanto, que há dois importantes fatores a serem pesados, antes de se pensar numa redução maior da demanda com os juros mais altos.

"O novo salário mínimo vai recompor parte do poder de compra do trabalhador nas áreas mais básicas, como alimentos, isso todos sabemos. E, de outro lado, não há como negociar com os setores mais cartelizados, sobretudo aqueles onde há líderes incontestes de mercado", acrescentou, nomeando áreas do setor de alimentos, higiene e limpeza dentre aqueles onde não há grande concorrência. "Aí o poder de barganha do varejo se reduz".